

LICENCIATURA EM HISTÓRIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA



HISTÓRIA MODERNA II

**ANDRÉ LUIZ JOANILHO
IGOR GUEDES RAMOS**

PONTA GROSSA
2010

CRÉDITOS

REITOR UEPG
João Carlos Gomes

VICE-REITOR
Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ariangelo Hauer Dias – Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Graciete Tozetto Góes – Pró-Reitor

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E DE PROGRAMAS ESPECIAIS
Maria Etelvina Madalozzo Ramos – Chefe

NÚCLEO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
Leide Mara Schmidt – Coordenadora Geral
Cleide Aparecida Faria Rodrigues – Coordenadora Pedagógica

PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA
Herminia Regina B. Marinho – Coordenadora Geral
Edson Armando Silva – Coordenador de curso

COLABORADOR DE PLANEJAMENTO
Silviane Buss Tupich

COLABORADORES EM INFORMÁTICA

Carlos Alberto Volpi
Carmen Sílvia Simão Carneiro
Adilson de Oliveira Pimenta Júnior
Juscelino Izidoro de Oliveira Júnior
Kin Henrique Kurek
Thiago Nobuaki Sugahara

COLABORADORES EM EAD

Dênia Falcão de Bittencourt
Jucimara Roesler

COLABORADORES DE PUBLICAÇÃO

Maria Beatriz Ferreira – Revisão
Sozângela Shemin da Matta – Revisão
Edson Gil Santos Jr. – Diagramação

COLABORADORES OPERACIONAIS

Marcos Rogério Morais
Lorena Ribas Rebonato
Joanice de Jesus Küster de Azevedo
João Márcio Duran Inglês

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG.

J62h Joanilho, André Luiz
História moderna II / André Luiz Joanilho e Igor Guedes Ramos. Ponta Grossa: ed:UEPG/NUTEAD, 2010. 89p. il.

Licenciatura em História - Modalidade a Distância.

1. Expansão européia. 2. Estados Nacionais. 3. Revoluções inglesas. 4. Iluminismo. Ramos, Igor Guedes. II. T

CDD : 901

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Olá, acadêmico.

Mais uma etapa foi vencida e estamos iniciando o 4º período dos cursos do Programa Pró-Licenciatura, uma feliz parceria entre a nossa instituição, o MEC, a CAPES e o FNDE.

Estudar a distância é, hoje, uma alternativa ideal para alunos trabalhadores, que necessitam de horários diferenciados de estudo e pesquisa, de modo a cumprir tanto os seus compromissos profissionais como seus compromissos acadêmicos.

Os programas e cursos de EaD da nossa instituição vêm contribuindo significativamente para a democratização do saber universitário e, especialmente, para a formação inicial e continuada de professores. Tais cursos apresentam o mesmo currículo, a mesma carga horária e a mesma duração dos cursos presenciais, diferenciando-se deles pela utilização de materiais, metodologias e mídias próprias da educação a distância que, além de facilitarem o aprendizado, permitem constante interação entre alunos, tutores e professores, mesmo que eles se encontrem separados no tempo ou no espaço.

Quando você iniciou seus estudos nessa modalidade educacional, provavelmente tinha poucos conhecimentos sobre a educação a distância, suas possibilidades e limites, bem como sobre o funcionamento do sistema virtual de aprendizagem do qual faz parte.

Hoje, certamente, você se sente mais seguro para estudar, aprender e investigar, utilizando-se dos recursos comunicacionais e tecnológicos que estão ao seu alcance.

Você deve ter percebido que, na medida em que se ampliam seus conhecimentos e habilidades no uso da internet e do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), novos horizontes se descortinam e, aos poucos, vão desaparecendo as fronteiras para a comunicação e para a aquisição do conhecimento.

Lembre-se de que, como professor, você tem, atualmente, mais uma atribuição que é a de promover a inclusão de seus alunos nessa realidade ainda desconhecida de muitos que é o mundo virtual, pois se a educação a distância ainda enfrenta certas resistências e preconceitos, isso ocorre principalmente por parte daqueles que a desconhecem e ignoram o seu potencial.

Para usufruir de todos os benefícios desse novo mundo, seja um estudante dedicado e curioso – leia, pesquise, faça perguntas, concorde ou discorde, mas não perca as oportunidades de aprender e de se familiarizar com os recursos que a EaD lhe oferece – eles serão muito importantes para o seu sucesso nos estudos e na vida profissional.

A nossa equipe lhe deseja um excelente período letivo, fértil em aprendizagem e realizações.

EQUIPE DO PRÓ-LICENCIATURA UEPG

SUMÁRIO

PALAVRAS DOS PROFESSORES _____	p. 07
OBJETIVOS E EMENTA _____	p. 09
UNIDADE I – A aventura da expansão européia _____	p. 11
Seção 1 – Mercantilismo _____	p. 12
Seção 2 – As grandes navegações _____	p. 16
Seção 3 – A ocupação dos novos territórios _____	p. 20
UNIDADE II – Os Estados Nacionais _____	p. 29
Seção 1 – A centralização do poder _____	p. 30
Seção 2 – A governamentalidade e o nascimento da biopolítica _____	p. 35
Seção 3 – O absolutismo _____	p. 39
UNIDADE III – As revoluções inglesas _____	p. 49
Seção 1 – A Revolução de 1640 _____	p. 50
Seção 2 – A Revolução de 1688 _____	p. 56
Seção 3 – Política e sociedade _____	p. 60
UNIDADE IV – O Iluminismo _____	p. 67
Seção 1 – Ciência e verdade _____	p. 69
Seção 2 – A ideia de progresso _____	p. 73
Seção 3 – O homem do Iluminismo _____	p. 76
PALAVRAS FINAIS _____	p.83
REFERÊNCIAS _____	p.85
QUEM SOMOS _____	p.89

Neste volume de História Moderna vamos estudar vários aspectos das sociedades no período que abarca os séculos XV, XVI, XVII e XVIII. Isso não quer dizer que poderemos estudar tudo o que aconteceu, o que nos é impossível, mas procuramos selecionar algumas questões mais proeminentes, as quais, de certa forma, já fazem parte do repertório de estudos do período.

A nossa pretensão é fornecer um painel da era moderna e de acontecimentos que foram marcantes para a história mundial. Nesse sentido, devemos obrigatoriamente abordar determinados assuntos. A formação dos Estados Modernos, a expansão marítima europeia, as revoluções inglesas do século XVII e o Iluminismo serão os pontos a serem estudados nesta unidade.

A escolha deles não é aleatória, afinal esses eventos foram fundamentais para compreender as configurações históricas posteriores. Por exemplo, hoje pensamos a organização política do planeta através das nações, mas não podemos nos esquecer que o surgimento delas foi um evento exclusivamente europeu e que se processou ao longo de, pelos menos, cinco séculos, do XII ao XVII.

Outro exemplo é o Iluminismo. As idéias ligadas a esse movimento artístico, filosófico, político e cultural viajaram por todos os cantos do planeta e, de certa maneira, ainda vivemos dentro daquilo que se configurou como Iluminista.

O mesmo pode ser dito da expansão marítima. Ela fez parte da expansão europeia dos séculos XV, XVI e XVII e configurou boa parte do mundo, levando o domínio dos europeus sobre territórios e povos a lugares distantes, como foi o caso das Américas.

As revoluções inglesas influenciaram fortemente as formas de organização política das nações modernas. Monarquia, democracia, ditadura, movimentos sociais se tornaram comuns no vocabulário político e nas formas de organização das sociedades. Enfim, as questões tratadas nesta unidade ainda estão, de certo modo, presentes no mundo hoje e são esses aspectos que estudaremos.

OBJETIVOS

- Analisar e relacionar os múltiplos processos históricos que se dão na sociedade europeia a partir do século XV até o século XVIII.
- Identificar os elementos de continuidade que o mundo moderno apresenta, em relação à tradição medieval, bem como identificar os traços de ruptura que estão presentes na transição.
- Compreender a cultura do Renascimento em suas diversas manifestações, bem como analisar as especificidades que a caracterizaram em relação às influências da cultura clássica greco-romana.
- Analisar o contexto histórico em que houve a Reforma Protestante, a Contra-Reforma e os Tribunais Inquisitoriais, buscando investigar as conexões da religião aos demais componentes sociais.
- Analisar a questão das representações religiosas que delinearam o quadro de tensões e conflitos na sociedade europeia da época moderna.

EMENTA

- Processos históricos da modernidade. A crise do feudalismo e o nascimento do capitalismo. O Renascimento e a cultura popular renascentista. Reforma e Contra-Reforma. A Inquisição e seus métodos.

A aventura da expansão europeia

UNIDADE I

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Conhecer aspectos da formação do mercantilismo.
- Estudar a expansão europeia.
- Entender as formas de ocupação dos territórios coloniais.

ROTEIRO DE ESTUDO

- Seção 1 - Mercantilismo
- Seção 2 - As grandes navegações
- Seção 3 - A ocupação dos novos territórios

Para início de conversa

Durante muito tempo, tomou-se o problema econômico como algo natural, isto é, como uma contingência da própria existência humana. Em anos mais recentes, descobriu-se que as formas econômicas são frutos das formações mentais, quer dizer, daquilo que historiadores da Escola dos Annales chamaram de **mentalidades** (vide apostila de Teoria). A economia, antes de ser uma formação natural que deriva das necessidades materiais humanas, é um campo de expressão de desejos e forças sociais. Nesse aspecto, o capitalismo não é uma evolução econômica natural, mas um movimento que procede de forças sociais em torno de objetos de desejo: riqueza, abundância, felicidade fazem parte desses objetos desejados.

Logo, a expansão marítima europeia também é um resultado dos desejos e das forças sociais que se enfrentaram para impor as suas vontades e verdades inerentes. É esse aspecto que estudaremos na seção II. E, para fechar o quadro, veremos como os europeus usaram o seu imaginário, as suas mentalidades para se impor ao outro, isto é, às populações dos territórios conquistados pela expansão dos séculos XV e XVI.

SEÇÃO 1

Mercantilismo

Quando se define um período histórico, por exemplo, a História Moderna, isso não implica que ele comporte tudo aquilo que lhe diz respeito. A divisão em períodos é uma invenção do século XIX que visava, dentro das crenças da época, a delimitar a história em grandes compartimentos, na esperança de que isso desse uma feição “científica” à nossa disciplina a partir da composição de conjuntos homogêneos de acontecimentos. Assim, Histórias Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea são convenções que na realidade não dizem respeito às temporalidades, quer dizer, a tudo o que aconteceu numa determinada época e que poderia ser comprimida nela própria, mas traduzem expectativas de historiadores europeus de dois séculos atrás.

Isso aconteceu, por exemplo, quando se procurou dar definições às formas econômicas sociais. Relegar o feudalismo à Idade Média e o mercantilismo à Era Moderna é simplista, para não dizer simplório. Esses eventos não se limitam às eras, pois podemos perceber neles, e em acontecimentos simultâneos, que as suas temporalidades não são tão restritas. Existem ainda traços de uma economia feudal em sociedades do século XX, como também há sinais de uma mentalidade mercantil no século XI. Dessa maneira, se utilizamos periodizações nesta unidade, é devido ao seu simples valor explicativo, e não a um valor heurístico encerrado nos períodos ou eras.

Assim, é difícil especificar quando nasce o capitalismo. Podemos verificar alguns sinais, atitudes, crenças, mas não o momento preciso. É comum os historiadores situarem o seu aparecimento por volta do século XI, quando, na Europa, há um certo renascimento comercial e cultural. É o que Jacques Le Goff chama de “o tempo das catedrais” (LE GOFF, 2005). A circulação de dinheiro volta a ter alguma relevância na

economia ocidental e com isso cresce a importância dos mercadores e dos primeiros banqueiros, ainda confundidos com usurários.

Esse movimento ainda é tímido, mas o que realmente o dificulta é a visão que se tem do dinheiro no período medieval. Em primeiro lugar, pesa sobre ele os interditos da Igreja. Em segundo lugar, o menosprezo da aristocracia com relação à moeda, que via nela muito mais um valor de uso do que troca, quer dizer, a nobreza entesourava, buscando prestígio social. Logo, não via a moeda como forma de troca.

Devemos notar que o desprezo era com o dinheiro e não com a riqueza, apesar de toda a pregação da Igreja contra os ricos e a preocupação com a salvação das almas. Para a Igreja a preocupação com os bens materiais era um desvio do bom cristão, que deveria cuidar da alma visando ao além-mundo. Portanto, seguindo a tradição bíblica que rebaixava a existência terrestre a um simples meio para atingir o paraíso, a Igreja condenava o lucro, sinal exterior de pecados veniais e mortais.

Dessa forma, ganhar dinheiro é um problema, justamente num mundo que está terminado, como compreendia a própria Igreja. Deus havia feito o mundo e descansado no sétimo dia, portanto, ele é finito. Nessa compreensão, as próprias riquezas estão dadas, quer dizer, para o pensamento medieval existe uma quantidade fixa de riqueza. Assim, há poucas possibilidades de se enriquecer: receber herança, ganhar por relação de vassalagem (no caso de nobres), ou simplesmente pilhar. Conclusão lógica: se alguém enriqueceu foi por uma dessas vias.

No caso da pilhagem há aquelas que são “justas”, como nas guerras, e aquelas “injustas”, quando se tira de alguém simplesmente por cupidez. Esse é o problema na Idade Média. Muitas pessoas acabam enriquecendo por meios considerados pela Igreja como ilícitos, ou até mesmo pecaminosos. São os mercadores e os usurários os mais propícios a praticarem o pecado da cobiça. Para a Igreja o dinheiro é infecundo, quer dizer, ele não gera mais dinheiro; cobrar juros é fazer o dinheiro trabalhar, portanto, contra a natureza, ou ainda, cobrar juros é cobrar por algo que não pertence às pessoas, o tempo. Para enriquecer, o usurário está “roubando” o tempo que pertence a Deus.

Porém, a expansão monetária iniciada no século XI continua se desenvolvendo e tornando o dinheiro necessário para a condução dos negócios. O comerciante e o banqueiro passam a ter um papel de destaque na sociedade; logo, instaura-se uma longa luta para tornar o lucro lícito em detrimento das proibições indistintas da Igreja:

A usura é um dos grandes problemas do século XIII. Nesta data, a Cristandade, no auge da vigorosa expansão que empreendia desde o Ano Mil, gloriosa, já se vê em perigo. O impulso e a difusão da economia monetária ameaçam os velhos valores cristãos. Um novo sistema econômico está prestes a se formar, o capitalismo, que para se desenvolver necessita senão de novas técnicas, ao mesmo do uso massivo de práticas condenadas desde sempre pela Igreja. Uma luta encarniçada, cotidiana, assinalada por proibições repetidas, articuladas a valores e mentalidades, tem por objetivo a legitimação do lucro lícito que é preciso distinguir da usura ilícita. (LE GOFF, 1989, p. 10).

Durante séculos pesará sobre o comerciante e sobre o banqueiro a desconfiança: até onde a riqueza é lícita? Podemos dizer que há uma mentalidade multissecular com relação às riquezas e ao dinheiro, aquilo que E. P. Thompson chamou com propriedade de “economia moral da multidão”, quer dizer, uma noção popular do que seria um preço justo. Evidentemente, Thompson se refere aos séculos XVIII e XIX, mas podemos perceber tal movimento na Idade Média, quando “os dados fundamentais da atividade econômica, da economia de mercado que começa a funcionar, são o *justo preço* e o *justo salário* (...), a usura

é um pecado contra o preço justo, um pecado *contra a natureza* (...), tal foi a concepção dos clérigos do século XIII e dos laicos influenciados por eles.” (LE GOFF, 1989, p. 28).

Diante disso, como fica a consciência do mercador, do banqueiro? De modo algum podemos dizer que essa situação se resolveu placidamente. Dúvidas pungentes atingiam aqueles que se dedicavam ao comércio e à usura. Contrições lancinantes, confissões espetaculares, arrependimentos sinceros, enfim toda uma série de histórias contadas sobre usurários que retomaram o “bom caminho”, mas também penas eternas, castigos exemplares, sofrimentos infindos, quer dizer, o contra-exemplo também tinha a sua eficácia para lembrar a danação daqueles que não se arrependiam.

Essa mentalidade serviu durante muito tempo como um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo e das atividades mercantis. Foram necessários alguns séculos para que tal resistência fosse dissipada, porém, mesmo hoje em dia podemos ver que existe alguma desconfiança sobre a riqueza e que ainda pesa sobre a nossa sociedade. Mas, de que forma essa mentalidade foi se modificando? É possível dizer que as mudanças na confissão espelham as mudanças nas concepções de indivíduo no período medieval. Vejamos:

... do final do século XI ao início do século XIII a concepção de pecado e de penitência muda profundamente, se espiritualiza, se interioriza. De agora em diante, a gravidade do pecado é medida pela intenção do pecador. É preciso, pois, pesquisar se essa intenção era boa ou má (...). De coletiva e pública, excepcional e reservada aos pecados mais graves, a confissão se torna auricular, da boca para o ouvido, individual e particular, universal e relativamente freqüente (...). Uma frente pioneira está aberta: a da introspecção, que vai lentamente transformar os hábitos mentais e os comportamentos. É o começo da modernidade psicológica. (LE GOFF, 1989, p. 40).

Ou podemos dizer que é o início de uma sociedade atomizada, isto é, calcada na ideia de indivíduo. A intenção é que conta. Se um mercador não tinha a intenção de espoliar os mais pobres e se praticou o justo preço, cobrando juros normais, então ele pode ser salvo. Essa nova conduta permite mais espaço social aos usurários e àqueles que viviam do dinheiro. O comércio lentamente ganha proeminência assim como os próprios comerciantes, chamados comumente de burgueses. O espírito do capitalismo estava nascendo.

Dessa forma, não podemos falar de uma configuração social, no caso, o capitalismo, sem uma configuração mental que lhe corresponda. Isso não quer dizer que uma antecede a outra, estamos falando de uma relação de imanência, ou melhor, as duas configurações se criam conjuntamente. A estrutura social tem como correspondente imediata a estrutura mental. Este é o caso do capitalismo. A aceitação das práticas mercantis, do



Jan Van Eyck, Casal Arnolfini, 1434, National Galery, Londres.
A burguesia busca marcar o seu lugar social no século XV

lucro, da cobrança de juros, do pagamento do trabalho em forma de salário, entre outras coisas, foram possíveis porque a sociedade assim se fazia, por isso não podemos imputar somente a determinadas forças sociais as causas das mudanças.

Podemos ver os seus resultados, mas estabelecer suas causas nos resta como um problema. O sucesso social dos banqueiros, dos usurários não dependeu unicamente das contradições inerentes ao sistema feudal ou das necessidades materiais do próprio sistema. Também entraram em cena desejos e paixões. Sonhos utópicos e promessas de futuro. O capitalismo pôde, muito bem, preencher o desejo de uma terra de abundância. E é sabido que vários grupos sociais cultivaram a ideia de uma terra sem males, os movimentos heréticos podem comprovar isso (COHN, 1981). A promessa de riqueza inerente ao capitalismo preenche esses desejos, pelo menos em parte, pois a promessa não se realiza para todos, somente para alguns, mas isso é o suficiente para manter a utopia.

Um aspecto importante no avanço das práticas mercantis foi o decisivo apoio que os poderosos lhe deram. O dinheiro de banqueiros permitiu que muitos reis, príncipes, ou potentados – figuras centrais em tal processo – gerissem os nascentes estados nacionais. As riquezas possibilitavam a monopolização da força, isto é, os reis podiam contratar exércitos e com eles centralizar o poder. Dessa forma, um círculo vicioso se instaura, riquezas patrocinam o monopólio do poder e este permite que os produtores de riquezas ganhem mais. É o princípio da política mercantilista.

Os reis puderam perceber quanto podiam ter vantagens, ao proteger e permitir a expansão das práticas do nascente capitalismo. A circulação de riquezas ampliava os recursos obtidos através de impostos e, conseqüentemente, era preciso impor o maquinário do Estado à recalcitrante aristocracia que não desejava abrir mão de seu poder em detrimento do rei. Logo, banqueiros, comerciantes, grandes usurários se tornaram fundamentais para os Estados, onde os governantes praticavam o chamado mercantilismo. Em termos comuns, o mercantilismo pode ser caracterizado da seguinte maneira:

- Metalismo – a riqueza de um Estado era mensurada em ouro ou prata, portanto o objetivo era conseguir cada vez mais numerário nesses metais.
- Balança comercial favorável – para conseguir mais ouro e prata era necessário manter a balança comercial sempre favorável, vendendo mais e comprando menos dos outros Estados.
- Protecionismo – era preciso estimular a produção interna e taxar significativamente os produtos importados, pois assim seria possível manter a balança de pagamentos sempre positiva.
- Intervenção do Estado na economia – no mercantilismo uma grande novidade surge, é a intervenção do governo na condução dos negócios. Até então, os reis não intervinham na economia, mas, com as novas práticas comerciais, se tornou importante estimular negócios, controlar preços, regulamentar e monopolizar a cobrança de impostos.

Essa política seria perfeita se somente um dos Estados, que concorriam entre si, conseguisse se impor sobre os outros, senão teríamos um jogo de somar zero, pois um anularia o outro, já que todos desejariam ter vantagens no comércio. Sabendo-se disso, inicia-se uma intensa competição militar e diplomática, na qual Estados buscam melhor posição na disputa por espaços na Europa: “ Entre 1600 e 1760, os exércitos da Europa clássica quintuplicam em número, conhecem uma multiplicação por cem do seu poder de fogo e, sobretudo, mudam radicalmente de método e de técnica”. (CHAUNU, 1985, p. 52).

No entanto, os limites do continente europeu são muito claros e dificilmente um Estado teria força suficiente para se impor sobre os outros, pois eram muito comuns as alianças diplomáticas. Quer dizer, se um Estado não tivesse força militar suficiente para enfrentar um inimigo, ele recorria a um sistema de aliança.

Outra saída era o mar, ou melhor, buscar territórios além-mar. Dá-se início a uma intensa busca por territórios em outros continentes.

SEÇÃO 2

As grandes navegações

Durante muito tempo tentou-se determinar o móvel dos homens nos séculos XV e XVI com relação às viagens de descobrimento. A historiografia marxista, por exemplo, acreditando ter elucidado o problema, estabeleceu que as relações materiais de produção determinassem o comportamento dos homens em relação às viagens. Buscava-se ouro e riquezas além do domínio de territórios e populações. Porém, se observarmos bem, é possível perceber que as grandes navegações foram iniciadas por Estados não tão poderosos, Portugal e Espanha.

Muitos historiadores procuram explicar de que forma esses Estados empreenderam as navegações e a expansão colonial. Situam interesses da burguesia, a necessidade de rotas alternativas para as especiarias, a situação geográfica. Porém, muitos se esquecem de que as navegações e as conquistas coloniais vieram na esteira da Reconquista.

A Reconquista foi a longa guerra empreendida pelos reis cristãos da Península Ibérica contra os mouros, isto é, povos muçulmanos de origem africana e árabe que haviam ocupado boa parte da Península a partir do século VIII a.C. Por volta do século XI, as frequentes escaramuças entre árabes e cristãos ganha ares de guerra santa e logo os reis cristãos se investem de cruzados. Somente em 1492 os reis católicos espanhóis conseguiram expulsar os árabes da Península. No caso de Portugal, a reconquista teria terminado bem antes, quando o reino português, no século XIII, praticamente adquiriu suas fronteiras atuais.

Assim, durante muito tempo as iniciativas militares na Península tiveram um caráter de cruzada, o que continuou quando Portugal empreendeu a sua expansão marítima, iniciada no século XV. A posição geográfica efetivamente auxiliou muito, pois Portugal só tinha duas fronteiras: o mar e a Espanha. Também colaborou para essa expansão o fato de o Estado português estar unificado e sem enfrentar grandes problemas militares, como ocorria com a Espanha, a França, a Inglaterra.

Nesse sentido, podemos dizer que vários fatores contribuíram para a expansão portuguesa do século XV. O périplo africano durou todo o século, por isso é difícil falar que simplesmente havia uma procura consciente de uma rota para as Índias. Podemos dizer que havia uma busca por mercados, de expansão territorial, de catequização, de riquezas. Enfim, o móvel era um misto de aventura, salvação e enriquecimento. Mas, de maneira inequívoca, até o último quarto do século XV não havia um plano deliberado de alcançar as Índias. O plano do Infante D. Henrique era mais simples:

Por que razão o infante empreendeu a exploração das costas africanas? Não se poderia atribuir-lhe, nessa época longínqua, o ‘grande projeto’ de contornar a África para chegar às Índias. O mais provável é que, navegando o mais longe possível para o sul, o Infante quisesse, por assim dizer, chegar ao Marrocos pela retaguarda. Essas primeiras expedições faziam parte da mesma política que levaria à conquista de algumas praças fortes marroquinas. (TEYSSIER, 1992, p. 14).

A expansão se iniciou em 1415 com a conquista da cidade de Ceuta, hoje no Marrocos, para culminar com a expedição de Vasco da Gama, em 1498, que chegou à Calicute. Entretanto, é necessário falar sobre os avanços técnicos que permitiram as navegações em alto mar. Foi o caso das caravelas. De origem obscura, elas serviram à empresa das navegações:

Servindo de ligação, correio e abastecimento nas armadas da Índia, as caravelas eram os navios que melhor podiam aproveitar os ventos contrários, ofereciam pequeno alvo aos inimigos, eram ligeiras e fáceis de manobrar, adaptando-se perfeitamente às viagens de *descobrimto*, pois ‘demandavam pouco fundo, podendo chegar-se bem à terra’, acompanhando com certa facilidade a sinuosidade das costas e sofrendo menos com o entra e sai nas enseadas e costas dos rios. (MICELI, 1994, p. 74)



Principais rotas dos navegantes.

As caravelas foram os principais navios utilizados pelos portugueses nas viagens marítimas e “o que se pôde apurar até agora é que a caravela dos descobrimentos foi concebida e construída pelos portugueses por volta de 1430-1440, aperfeiçoando-se ao mesmo tempo dois outros meios técnicos: a navegação astronômica e a cartografia.” (MICELI, 1994, p. 75). Assim, um conjunto de técnicas permitiu a viagem em alto mar.

Porém, não se pode limitar a realização dessas viagens ao seu caráter técnico; como foi dito acima, muitos outros elementos estiveram envolvidos. Para alguns, a glória e a riqueza; para outros, a possibilidade de liberdade; outros ainda desejavam expandir o catolicismo. Enfim, misturam-se desejos e condições materiais para realizá-las. Vejamos:

Independentemente de os verdadeiros motivos da nobreza que guiaram a expansão serem a ambição de glória e o enriquecimento de suas casas senhoriais, isto é, imperativos econômicos que os impeliram à busca de fontes de riqueza longe dos estreitos limites dos seus países, e restos de mentalidade cavaleiresca, provindos do velho espírito da cavalaria medieval, as causas profundas eram sempre escondidas sob essa retórica cavaleiresca, que misturava o espírito da cruzada (...) e o proselitismo militante. (ROCHA PINTO, 1992, p. 112).

Portanto, o encontro fortuito de técnicas, necessidades materiais, desejos de glória e salvação puseram os portugueses ao mar. No entanto, ainda cabe avaliar se era uma empresa que valia a pena. Os navios eram precários e as condições das viagens quase indescritíveis:

Muitos viajantes da época dos descobrimentos enfrentaram os mares como alguém que, hoje, entrasse num avião sem a garantia do aeroporto no final da viagem: assim como os passageiros não podem voar para salvarem-se caso o pouso não seja possível, além da incerteza dos caminhos, rotas e portos, grande número daqueles navegantes sequer sabia nadar, morrendo aos montes quando os navios afundavam, às vezes a poucos metros das praias. Por isso, se o mar fazia-se agitado, olhos de desespero buscavam os sinais menos evidentes que prenunciavam o naufrágio, provocando sentimentos de medo e ódio capazes de pôr em disputa dois amigos por um pedaço de madeira que poderia significar a salvação; cada um a seu modo, todos lutavam concentrando forças de pânico, coragem ou covardia para escapar da morte – medo maior a assombrar a vida a bordo. (MICELI, 1994, p. 17).

Relatos de naufrágios multiplicavam-se na época, com cenas de terror que hoje custaríamos a acreditar, pois nada restava aos viajantes além de apelar às graças de todos os santos existentes. A esquadra de Cabral, por exemplo, que saiu de Lisboa com 13 navios, retornou com cinco (um deles voltou para Portugal mais cedo do que o previsto, para anunciar as terras brasileiras recém descobertas), ou seja, na viagem à Índia sete navios naufragaram. Um texto de Messer Leonardo da Ca’Masser, embaixador veneziano em Portugal, nos dá a dimensão do empreendimento marítimo:

Ainda que essa viagem seja muito perigosa e que nela muito se sofra com a falta de víveres e outros infortúnios – como muitos relataram – considerando-se entretanto o grande lucro que se obtém, no caso em que a metade da frota se perdesse, nem por isso se renunciaria a fazer essa viagem, pois – embora ainda menos navios se salvassem – os ganhos seriam, de qualquer forma, enormes: assim, concluindo, direi que, apesar do evidente perigo que correm as pessoas e as coisas, essa rota (das Índias) sempre será freqüentada. (*apud* LANCIANI, 1992, p. 72).

Dessa forma, convive-se com o naufrágio, uma fatalidade que era esconjurada, ou melhor, que se tentava esconjurar com apelos aos céus. Rezas, procissões, exposição de relíquias, cruzeiros, tudo servia para afastar os perigos e fazer a viagem chegar a bom termo: “As procissões quase sempre eram feitas depois do pôr-do-sol, dando-se três voltas pelo convés. É possível imaginar-se o efeito de um rito desenvolvido em alto mar, iluminado apenas por velas e tochas, enquanto o mar prometia surpresas e embates dificilmente favoráveis aos navegantes” (Idem, p. 73).

No entanto, se as intempéries e corsários eram causas comuns dos naufrágios, a incúria e cupidez eram outras, como relatam muitos sobreviventes:

Inextricavelmente ligada à sobrecarga e à deterioração, a ganância é o motivo denunciado com mais frequência pelos autores. Uma avidez que começa a se manifestar quando a decisão de levantar âncora é tomada sem nenhum respeito aos parâmetros temporais de segurança e às ordenações régias referentes à rota a seguir, e quando se decide infringir a obrigação de navegar em comboio, a fim de que houvesse socorro mútuo em caso de perigo: o importante era chegar ao destino antes dos outros para vender sua mercadoria em melhores condições. Mas a cupidez humana também pode se manifestar sob outras formas: calafates pagos por tarefas para executarem reparos apressados, carpinteiros que não deixam secar previamente os cascos ou utilizam madeira que não envelheceu o suficiente, e, mais ainda, cortada em tempo impróprio (...) oficiais que preferem (...) embarcar um saco de canela a mais, ao invés de peças de reposição para as bombas; nobres que, com ilimitada arrogância, apoderam-se das poucas e precárias embarcações para salvar seus bens, em lugar de vidas humanas. (LANCIANI, 1992, p. 74 e 75).

Porém, a mortalidade nos naufrágios concorria com aquelas devidas às doenças que grassavam nos navios. As péssimas condições de higiene e acondicionamento dos alimentos causavam a morte de muitos. A expedição de Fernão de Magalhães, por exemplo, “partiu de Sevilha, em setembro de 1519, com cinco navios e 234 tripulantes. Após muitas peripécias e três longos anos, somente uma nau retornou ao porto de origem, com 18 homens a bordo, tendo o próprio comandante morrido em combate nas Filipinas.” (JOANILHO, 2008, p. 48).

As doenças eram dos mais variados tipos. Mas, a que causava mais medo era o escorbuto. Sem conhecer exatamente a causa, sabia-se, no entanto, que alimentos frescos curavam a doença. Porém, era impossível nos navios armazenar frutas e verduras que durassem mais do que alguns dias; logo, somente nos portos de escala é que os navios podiam se abastecer. O problema é que os víveres nunca eram suficientes para as longas viagens. Além do escorbuto, outras doenças advinham das péssimas condições de bordo e havia também aquelas que embarcavam com os marinheiros:

Embora atacassem principalmente os mais miseráveis, as doenças atingiam a maioria dos mareantes. No navio em que viajava o padre Pedro Boaventura, após um início tranqüilo, os mareantes foram atingidos por ‘uma febre maligna da qual adoecemos, de seiscentos que éramos, 580, não ficando vinte pessoas que ou mortas [ou] enfermas não haviam [estado]’, morrendo a cada dia seis, sete e, às vezes nove pessoas. Como era freqüente, os padres também adoeceram: ‘ainda que meio enfermo e fraquíssimo, fui forçado [a] sair em campanha por muitos que haveriam de morrer sem os sacramentos ditos; e também por estar uma senhora muito principal muito ao cabo, sendo muito moça e prenhe de oito meses, a qual no fim faleceu (parindo primeiro mal), e no dia seguinte [morreu] um seu filho de ano e meio, ficando o marido muito ao cabo, e as demais mulheres enfermas, as quais eram nove ou dez’. Enquanto isso, os mortos eram estendidos no convés, à espera de alguém que os pudesse lançar ao mar, sepultura dos que morriam durante as viagens. (MICELI, 1994, p. 159).

Nobres, oficiais e abastados levavam seus próprios alimentos, enquanto que marinheiros e grumetes dependiam das rações fornecidas pela coroa. Em pouco tempo a ração (biscoitos, pão, arroz, vinho e água) se degradava e a tripulação chegava a passar fome quando, por ocasião de uma calmaria ou de outros fatores, o navio prolongava o seu tempo de viagem:

Os que pior (...) passam são os pobres e desamparados, os soldados, que é piedade ver a má vida que levam, com um biscoito muito negro e às vezes cheio de gusanos, como eu vi muitas vezes, e às vezes tão amargo, que mais sabe a fel: que o pão e a água (...) é tão fedorenta pelo grande calor, que creio que nenhum deles por grande preço, achando-se em terra onde houvesse [o] que comer, [por mais] que fosse desejoso, a beberia. E têm eles tanta necessidade que não se queixam tanto de ser ruim, [mas] de ser pouco. Algum vinho que se lhes dá é quase vinagre e muito sujo (...). Nos dias de pescado não têm outra coisa mais para comer, senão molhar neste vinagre este pão podre ou muito ruim e manter-se com isto (...). A carne, além de ser muito pouca, também é muito salgada e não têm onde deixá-la de remolho, porque na borda da nau ou a comem os peixes ou a tomam (...); finalmente são constrangidos estes pobres homens a comer e beber da água salgada em que outros cozeram sua carne. (Padre Marcos Nunes *apud* MICELI, 1994, p. 158).

Essas condições são espantosas, principalmente se levarmos em conta a sociedade de higiene à qual pertencemos. É impossível mesmo imaginarmos as condições às quais estavam submetidos viajantes daquele período. No entanto, a despeito de tudo, ainda empreenderam a expansão territorial.

Navegantes portugueses, no início, e espanhóis, em seguida, deram feição ao mundo do período moderno e foi atrás das conquistas ibéricas que os outros Estados seguiram. Foram os ibéricos que formaram de fato o que Fernand Braudel iria chamar de economia-mundo, quer dizer, formaram-se círculos concêntricos que emanavam de alguns centros de caráter mundial, como foi o caso de Lisboa:

A imagem de grandeza projetada por Lisboa exercia forte atração sobre estrangeiros e sobre os habitantes do restante do país, que procuravam a cidade talvez na crença de que lhes sobrasse um pouco da riqueza movimentada pela empresa da expansão e conquista. Da componente estrangeira que, desde meados do século X, chegou a Lisboa, faziam parte alemães e italianos, principalmente, além de flamengos, espanhóis e franceses. Em sua maioria, dedicavam-se ao comércio, mas incluíam técnicos da marinharia, artistas ou 'simples aventureiros'. (MICELI, 1994, p. 49).

O mercantilismo proporcionava uma revolução comercial, não que fosse novidade o tráfico de especiarias, sedas, ouro, marfim, escravos, etc., mas a sua escala foi muito ampliada, alcançando regiões do mundo que nem tinham sido antes sonhadas. Todavia, para conseguir essa revolução era necessário ocupar territórios.

SEÇÃO 3

A ocupação de novos territórios

A imagem é unívoca, símbolo da civilização Américo Vespúcio diante da América nua, pronta para ser fecundada pelo conquistador. Podemos acompanhar as reflexões de Michel de Certeau:

Américo Vespúcio, o Descobridor, vem do mar. De pé, vestido, encouraçado, cruzado, trazendo as armas européias do sentido e tendo por detrás dele os navios que trarão para o Ocidente os tesouros de um paraíso. Diante dele a *América Índia*, mulher estendida, nua, presença não nomeada da diferença, corpo que desperta num espaço de vegetações e animais exóticos. Cena inaugural. Após um momento de espanto neste limiar marcado por uma colunata de árvores, o conquistador irá escrever o corpo do outro e nele traçar a sua própria *história*. Fará dele o corpo historiado – o brasão – de seus trabalhos e de seus fantasmas. Isto será a América ‘Latina’.

() Mas o que assim se disfarça é uma colonização do corpo pelo discurso do poder. *É a escrita conquistadora*. Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever) fabrica a história ocidental. (CERTEAU, 1982, p. 9 e 10).



Jan Van Der Straet, 1575 in BRY, Jean-Théodore de, *America décima pars*. Oppenheim 1619.

Signo da diferença, a alteridade torna-se o espaço no qual se inscreveram as vontades do conquistador. Talvez pudéssemos resumir a história da colonização da América e, por que não, de outros espaços, como a imposição de uma história, de uma única narrativa possível para o gênero humano. Nessa narrativa se dissolvem as diferenças e se estabelece a igualdade. No entanto, se há igualdade na alma, não há no corpo. Logo, a diferença no Ocidente não é a remissão ao outro, mas o sentido do discurso do mesmo. Confirma-se, assim, a sociedade hierárquica e individual. A Conquista da América é afirmação do indivíduo mercantil.

Tanto a expansão portuguesa quanto a expansão espanhola se fizeram em detrimento de povos autóctones. Mas tiveram variações em cada parte do mundo e de acordo com modelo distintos entre espanhóis e portugueses. Enquanto em Portugal se diz “descobrimento”

(termo contestado atualmente), na Espanha se diz “conquista”, o que caracteriza melhor o empreendimento colonial.

A relação com os povos conquistados também tem diferenças, apesar de que na prática resultou num desastre enorme para esses povos. Os portugueses buscavam extrair rapidamente riquezas, sem uma preocupação profunda na catequização dos habitantes, ou procuravam adentrar nos territórios recém descobertos, enquanto os espanhóis, além das riquezas, procuraram logo de início estabelecer empresas coloniais, iniciando, assim, a ocupação da América.

Os portugueses deixaram de lado a empresa colonial na América em detrimento do comércio com o Oriente. Somente quando esse comércio entrou em declínio, houve preocupação em ocupar as terras americanas. De qualquer maneira, a expansão para o Oriente obedeceu à mesma lógica que imperava nos navios, quer dizer, foi feita de maneira dura e violenta. Vejamos como os portugueses são descritos por um árabe:

Os muçulmanos de Malabar viviam no bem-estar e na comodidade graças à afabilidade dos príncipes do país, ao respeito de suas tradições e aos favores ligados à sua condição. Entretanto, eles esqueceram os benefícios, pecaram e se revoltaram contra Deus. E por isso Deus lhes enviou como senhores os portugueses, franco cristãos – que Deus os abandone! – que os oprimiram, corromperam e submeteram a atos ignóbeis e infames. Não se contavam mais as violências, o desprezo, os sarcasmos quando os obrigavam a trabalhar; punham suas embarcações a seco, lançavam-lhes lama ao rosto e ao resto do corpo, e escarravam neles; eles os espoliavam de seu comércio, proibiam a sua peregrinação [a Meca], os roubavam, queimavam suas cidades, fiscalizavam seus navios, maltratavam o Corão e seus livros [de religião] que pisoteavam e queimavam; profanavam o recinto sagrado das mesquitas (...); capturavam os muçulmanos e impunham grossas correntes aos cativos, arrastando-os para as praças dos mercados para vendê-los como escravos, e os violentavam então de modo incrível para obter melhor preço (...). (Zaynuddin *apud* BOUCHON, 1992, p.229 e 230).



Hans Staden, 1557. Uma imagem que aterrorizava os exploradores era o canibalismo.

A situação descrita se repetia em todos os locais nos quais os portugueses fizeram praça. Porém esses “métodos” de ocupação não funcionaram por longo tempo. As populações locais se revoltavam, tanto que o domínio português no Oriente já enfrentava grandes problemas por volta de 1530, até entrar em declínio e quase terminar por ocasião da União Ibérica (1580-1640).

Iniciou-se, naquele momento, a ocupação das terras americanas, não de modo totalmente satisfatório, pois diferentemente do que havia acontecido com os espanhóis, não foram encontradas grandes quantidades de ouro e prata, metais tão desejados. Porém, procurou-se produzir nessas terras o que mais dava lucros naquele momento: o açúcar. Foi assim que se iniciou a exploração do Brasil.

Como é sabido, transplantou-se para cá a estrutura senhorial que dominava Portugal. Os territórios da América portuguesa foram divididos em capitânicas e todo o poder foi entregue aos donatários, que deveriam agir em nome do rei. No entanto, eles trataram os nativos americanos do mesmo modo que tratavam os nativos do outro lado do mundo.

De início, os donatários procuraram explorar a mão-de-obra dos indígenas. Em seguida, passaram a escravizá-los, tentando suprir a falta de braços para as primeiras atividades extrativistas, principalmente de pau-brasil. Com a implantação dos engenhos de açúcar, os senhores de engenho recorreram à escravização dos indígenas. Entretanto, os interesses da coroa falaram mais alto e foi imposta a escravidão africana como mão-de-obra, permitindo à coroa portuguesa um maior controle do tráfico de escravos e, portanto, da cobrança de impostos sobre esse comércio.

No caso brasileiro, a conquista foi possível porque os portugueses encontraram sociedades tribais que, de início, tiveram dificuldade para se organizarem e resistirem aos invasores. Como exemplo, temos a Confederação dos Tamoios. Portugueses e franceses se utilizaram das tradicionais rivalidades entre tribos indígenas e insuflaram os nativos a combaterem entre si, visando à dominação colonial de um em detrimento do outro.

Já os espanhóis se confrontaram com reinos altamente organizados, como o Asteca e o Inca. É por isso que, apropriadamente, a ocupação da América é chamada de conquista. No caso do Império Asteca, havia uma forte organização hierárquica e vários povos estavam sob o domínio imperial.

Mas, cabe aqui uma questão: por que os espanhóis, com algumas centenas de soldados, conseguiram subjugar um Império vasto, com um exército bem organizado? A resposta comum dada pela historiografia é a da superioridade técnica europeia face os ameríndios. Se levarmos em conta isso, perceberemos que o avanço técnico não era tão díspar com relação à quantidade. Os arcabuzes eram imprecisos e difíceis de serem rearmados, os canhões tinham alcance limitado e não causavam estragos irreparáveis e, enfim, mesmo que essas armas tivessem efeitos significativos, nada poderiam contra milhares de indígenas. A resposta estaria em duas ações dos espanhóis: a primeira foi aproveitar as dissensões entre os ameríndios, a segunda foi a utilização dos signos.

Podemos observar essas duas ações através do trabalho de Tzvetan Todorov. Ao estudar o sistema linguístico de europeus e indígenas do período, o autor percebeu que se tratava de dois conjuntos mentais diferentes. De início, coloca-se o problema da comunicação. Vejamos:

Seria forçoso o sentido da palavra ‘comunicação’ dizer (...) que há duas grandes formas de comunicação, uma entre os homens, e outra entre o homem e mundo, e constatar que os índios cultivavam principalmente esta última, ao passo que os espanhóis cultivavam principalmente a primeira? Estamos habituados a conceber somente a comunicação inter-humana, pois o ‘mundo’ não sendo um sujeito, o diálogo com ele é bastante assimétrico (se é que há diálogo). Mas talvez esta seja uma visão limitada, responsável, aliás, pelo sentimento de superioridade que temos nesse campo. A noção seria mais produtiva se fosse ampliada de modo a incluir, além da interação de indivíduo a indivíduo, a que existe entre as pessoas e seu grupo social, a pessoa e o mundo natural, a pessoa e o universo religioso. E é este segundo tipo de comunicação que desempenha um papel predominante na vida do homem asteca, que interpreta o divino, o natural e o social através de indícios e presságios, com o auxílio do profissional que é o sacerdote-adivinho. (TODOROV, 1993, p. 67).

Nesse sentido, o mundo passa a ser um texto com significado estabelecido, portanto, ele deve ser lido. Não que esse tipo de pensamento estivesse excluído dos conquistadores, pelo contrário. Os espanhóis sempre procuravam sinais que a Providência enviaria, no entanto a forma de comunicação se diferencia, pois a divindade dos cristãos é pessoal, isto é, está numa relação entre o fiel e o próprio Deus. No caso dos astecas, a divindade não se comunica diretamente, pois os indícios, os sinais, estão estabelecidos desde sempre, tanto que: “A submissão do presente ao passado continua a ser uma característica significativa da sociedade indígena da época, e podemos observar indícios dessa atitude em vários outros campos além do religioso”. (Idem, p. 80).

Esse traço essencial da mentalidade indígena é correlato da concepção cíclica do tempo. Os acontecimentos do presente devem ser repetições daqueles que já ocorreram no passado, é uma sociedade na qual o inaudito não cabe:

Os livros antigos dos maias e dos astecas ilustram essa concepção do tempo, tanto por seu conteúdo quanto pelo uso que deles se faz. São guardados, em cada região, pelos adivinhos-profetas e são (entre outros) crônicas, livros de história; ao mesmo tempo, permitem prever o futuro; já que o tempo se repete, o conhecimento do passado leva ao conhecimento do futuro; ou melhor, são a mesma coisa.” (Idem, p. 81 e 82).

Já os espanhóis compartilham de outra experiência temporal. Para eles, os acontecimentos são únicos e, do ponto de vista teológico, eles visam a uma única história para toda a humanidade, a da salvação. Para eles não há retorno, logo o inaudito, o não comum, está inserido nas possibilidades de futuro. Assim, os espanhóis não se imobilizam diante do Império Asteca; pelo contrário, veem nele uma oportunidade de ganhos materiais e, por que não, espirituais.

Deste choque entre um mundo ritual e um acontecimento único resulta a incapacidade de Montezuma em produzir mensagens apropriadas e eficazes. Grandes mestres da fala ritual, os índios saem-se muito mal em situação de improvisação; e é esta, precisamente a situação da conquista (...). Ora, a invasão espanhola cria uma situação radicalmente nova, completamente inédita, uma situação onde a arte da improvisação é mais importante do que a do ritual. Nesse contexto, é bastante notável ver que Cortez não só pratica constantemente a arte da adaptação e da improvisação, como também tem consciência disso, e o reivindica como princípio de seu comportamento.” (TODOROV, 1993, p. 84).

A imobilidade de Montezuma diante do invasor denota a incapacidade da mentalidade indígena em lidar com o inaudito. É notável como Montezuma pedia

constantemente aos seus sacerdotes para dizerem o que eram exatamente aqueles estranhos. Quer dizer, ele tentou todo o tempo localizá-los dentro do conjunto de acontecimentos do passado. Sem encontrar uma resposta, deixou os espanhóis chegarem até a sua presença, prendê-lo e dominar o Império:

Montezuma sabia colher informações sobre seus inimigos quando eles se chamavam tlaxcaltecas, tarascos, huastecas. Mas o intercâmbio de informação era então perfeitamente estabelecido. A identidade dos espanhóis é tão diferente, o comportamento deles a tal ponto imprevisível, que abalam todo o sistema de comunicação, e os astecas não conseguem mais fazer justamente algo que era especialidade deles: a coleta de informações. (Idem, p. 17).

Quando se esboça uma reação, ela é tardia, porque os espanhóis souberam sublevar povos que estavam sob o domínio asteca, fazendo deles aliados. Os indígenas aceitaram, imaginando se livrar da tirania dos astecas, mas caíram numa tirania ainda pior.

De qualquer forma, o confronto entre mentalidades deu uma vantagem inicial aos europeus. Tanto que Cortez, ao desembarcar, busca logo informações sobre os indígenas. O que ele quer “não é tomar, mas compreender; são os signos que interessam a ele em primeiro lugar, não os referentes. Sua expedição começa com uma busca de informação, e não de ouro. A primeira ação importante que executa – a significação deste gesto é incalculável – é procurar um intérprete.” (Idem, p. 96).

Enquanto Montezuma é informado quase que instantaneamente do desembarque dos espanhóis e não age, o conquistador busca a ação através da informação. Utiliza constantemente imagens - como cavalos ou tiros de canhão - para provocar reações nos indígenas, impressionando-os e obtendo o que desejava.

Nesse sentido, o europeu reconhecia o outro para torná-lo o mesmo, isto é, para cristianizar o indígena; já o ameríndio não reconhecia o outro, pois não fazia parte do seu sistema de signos. Na guerra entre signos e significantes, quer dizer, entre sinais e acontecimentos, os europeus levaram vantagem.

Mas, para finalizar, devemos entender que a conquista nunca foi completa. Nas palavras do dominicano Diego Durán: “Esta é nossa principal intenção: prevenir o clero da confusão que pode existir entre as nossas festas e as deles. Os índios, simulando a celebração das festas de nosso Deus e dos santos, inserem e celebram as de seus ídolos quando caem no mesmo dia.”; ou ainda, “superstição e idolatria estão presentes por toda a parte: na semeadura e na colheita, na conservação do grão, inclusive na lavoura e na construção das casas, nos velórios dos mortos e nos funerais, nos casamentos e nos nascimentos”. (*apud* TODOROV, 1993, p. 202 e 203).

Este é um dos traços principais da cultura que nasce do encontro do europeu com o indígena: no lugar de uma sociedade europeizada, encontramos uma cultura mestiça, fruto do sincretismo e das astúcias de sobrevivência dos mais fracos. Por toda a América vamos encontrando essa cultura mestiça. Se o conquistador impôs sua ordem social – Estado, leis, mercado, religião – os conquistados impuseram suas formas de ler e dar outro sentido ao que era imposto.



Síntese

Pudemos estudar nesta unidade alguns aspectos da expansão europeia e das mentalidades que acompanham o esforço por conquista de novos territórios.

Assim, na seção I, vimos como a mentalidade capitalista se formou, apesar das resistências e obstáculos.

Na seção II, estudamos a configuração social que permitiu a expansão, vendo de que forma os europeus encaravam a viagem marítima e a exploração colonial.

Enfim, na seção III, pudemos ver como se estabeleceu a relação entre o europeu e as populações indígenas. Os diferentes quadros mentais jogaram um papel fundamental no estabelecimento da empresa colonial europeia.

Dessa forma, foi possível organizar um primeiro painel do período estudado, História Moderna, e verificar de que forma nesse momento foram se configurando as sociedades contemporâneas.



Atividades

1 – Faça uma síntese da expansão marítima europeia.

2 – Faça uma leitura do texto de MATTOS, Laura Valladão de. “As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações”, in *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 1, São Paulo, março 2007.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

3 – Leia o documento abaixo e faça correspondência com a seção 3.

DOCUMENTO

“Depois das enormes e abomináveis tiranias que estes fizeram na cidade do México e nas cidades e muitas terras que há por redor, dez, quinze e vinte léguas de México, onde foram mortas infinitas gentes, passou adiante essa sua tirânica pestilência, e foi infeccionar e assolar a província de Pánuco, admirável pela multidão de pessoas que tinha e os estragos e matanças que ali fizeram.

Depois destruíram da mesma maneira a província de Cututepeque, e depois a província de Ipilcingo e depois a de Colima. Cada uma delas é maior que o reino de Leão e o de Castela. Contar os estragos, mortes e crueldades que fizeram em cada uma será sem dúvida muito difícil e impossível de dizer e trabalhosa de escutar.

É de se notar que o modo com que entravam e pelo qual começavam a destruir todos aqueles inocentes e despovoar aquelas terras, que tanta alegria e gozo deveriam causar aos que fossem verdadeiros cristãos com sua tão grande e infinita população, era dizer que viessem sujeitar-se e obedecer ao rei da Espanha; caso contrário haveriam de matá-los e fazê-los escravos. E aos que não vinham rapidamente cumprir tão irracionais e estúpidas mensagens e colocar-se nas mãos de tão iníquos, cruéis e bestiais homens, chamavam-nos rebeldes e revoltados contra o serviço de sua Majestade. E assim escreviam para cá ao rei nosso senhor.

E a cegueira dos que regiam as Índias não alcançava nem entendia aquilo que em suas leis está expresso e mais claro que qualquer outro de seus primeiros princípios, a saber: que ninguém, é nem, pode ser chamado rebelde, se primeiro não é súdito.

(...) E o que é mais espantoso é que, aos que de fato obedecem, colocam em áspera servidão, com incríveis trabalhos e tormentos ainda maiores e que duram mais do que os que lhes dão enfiando-lhes a espada, daí que no final eles perecem, suas mulheres e filhos e toda sua geração.”

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. “Brevíssima relación de la destrucción de las Indias”, in MARQUES, Ademar Martins *et alii* (sel.). *História Moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1994.

